



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A LUTA DOS FERROVIÁRIOS Balanço duma fase do seu movimento reivindicativo

A luta dos ferroviários não terminou. Os aumentos de vencimentos de 12,2% em média, para os trabalhadores no activo, um aumento uniforme de 9% para os reformados e pensionistas, a actualização dos abonos ou de subsídios por deslocações e equiparação do esquema de Previdência dos ferroviários ao das instituições de Previdência da indústria e do comércio representam uma primeira vitória dos trabalhadores dos caminhos de ferro.

A presente luta dos ferroviários é o primeiro grande movimento reivindicativo que se desenvolve sob o novo governo fascista chefiado por Marcelo Caetano. Conhecida a importância dos caminhos de ferro no conjunto da economia nacional, assim como a importância numérica dos ferroviários e a sua distribuição geográfica, o desenvolvimento da sua luta e, sobretudo o seu desfecho, terão, necessariamente, importantes implicações políticas no que se refere ao desmascaramento da demagogia « liberalizante » do actual governo e influenciarão o desenvolvimento da luta reivindicativa de outros trabalhadores.

O Processo da luta reivindicativa

A fase da luta reivindicativa que estamos analisando veio à superfície com toda a intensidade em Outubro de 1968; com a entrega no Ministério das Corporações, por uma ampla comissão, duma exposição do pessoal das oficinas e da linha subscrita por 10.150 ferroviários que se identificaram inteiramente com as reivindicações nela contidas, através de ampla discussão e consulta nos locais de trabalho. Os ferroviários insistem pela urgente satisfação das suas prementes reivindicações, que são as seguintes:

- Aumento geral de 1.000\$00 sobre os vencimentos actuais;
- Subsídio de renda de casa;
- Horário de trabalho de 8 horas para todas as estações, apeadeiros e passageiros de nível;
- Pagamento das horas extraordinárias com mais 50% e a sua contabilização feita diariamente;
- Subsídio de férias de um mês de vencimento;

- Assistência médica e medicamentosa equivalente à dispensada pela Federação das Caixas de Previdência;
- Actualização dos subsídios para fardamentos.

A recolha massiva de mais de 10.150 assinaturas em três semanas só foi possível porque anteriormente se tinha travado larga discussão e consulta entre a grande massa dos ferroviários sobre as reivindicações contidas na exposição e porque teve lugar um vasto trabalho de organização que mobilizou muitas dezenas de trabalhadores activistas, e porque era elevada a disposição de luta e a unidade dos trabalhadores ferroviários. A exposição reivindicativa era bem uma exposição que reflectia as necessidades e a vontade dos 27.000 ferroviários portugueses.

Nas oficinas do Barreiro, com 2.000 operários, todos assinaram; no Entroncamento, assinaram 2.5000 trabalhadores; em numerosas estações todo o pessoal assinou.

Procurando o apoio público para a sua luta, a Comissão Nacional dos Ferroviários, depois de aprentar a exposição no Ministério das

Corporações, entregou cópias da mesma nas redacções ou delegações dos jornais diários de Lisboa e Porto, assim como na TV, pedindo para lhe ser dada publicidade. A censura impôs, porém, o mais completo silêncio aos órgãos de informação.

Paralelamente, o pessoal de escritório dos Serviços Centrais havia-se lançado também na luta, entregando na Presidência do Conselho, em 30 de Setembro, uma exposição subscrita por 757 assinaturas, cerca de metade do pessoal desses serviços, contendo várias reivindicações, entre as quais são de destacar:

- aumento geral de vencimentos não inferiores a 1.000 escudos;
- revisão periódica dos vencimentos de modo a acompanhar o aumento constante do custo de vida;
- concessão de 5.º sobre o vencimento anual para efeitos de diuturnidade, vencido de 3 em 3 anos até ao 9.º ano e de 5 em 5 anos a partir do 9.º ano;
- concessão de um subsídio de renda de casa para o pessoal que habita nos grandes centros populacionais;
- assistência médica e medicamentosa semelhante à usufruída pelos beneficiários da Federação das Caixas de Previdência;
- instituição do subsídio de férias nunca inferior a um mês de vencimento e do 13.º mês por ocasião do Natal;
- pagamento das horas extraordinárias a 50.º.

Tendo os ferroviários aparecido unidos na luta e sendo as reivindicações comuns a todos os trabalhadores, tanto das oficinas e do movimento como aos empregados de escritório, impunha-se a unificação orgânica da sua luta. Com esse objectivo, cerca de uma centena de ferroviários, na segunda quinzena de Outubro, levaram a efeito uma reunião onde se discutiu como levar a luta por diante e como reforçar a unidade e a organização unitária dos trabalhadores.

Assim, foi pedida ao Sindicato do Centro a convocação duma Assembleia geral extraordinária para debater os problemas respeitantes à revisão do Acordo Colectivo de Trabalho. Os ferroviários reclamavam deste modo o direito a participar activamente nas discussões em curso e nas alterações a efectuar. Mostrando-se mais uma vez divorciados dos trabalhadores e verdadeiros lacaios do patronato e do governo, os dirigentes sindicais, sob os mais variados pretextos, recusaram-se a convocar a Assembleia pedida.

A Comissão Nacional dos Ferroviários dirigiu um apelo à classe para que esta fizesse pressão junto da Administração da C.P. exi-

gindo a satisfação das reivindicações num prazo mínimo. O pessoal de algumas estações enviou exposições à Companhia exigindo o horário das 8 horas, tendo sido atendido nessa pretensão.

Em fins de Novembro, os ferroviários de Lisboa enviaram uma carta ao sindicato do Centro, subscrita por 400 trabalhadores, para que pressionasse a Administração da C.P. no sentido de satisfazer as reivindicações fundamentais dos ferroviários. Em 3 de Dezembro, era enviada à própria administração uma carta com 260 assinaturas e apoiada por cerca de 1.000 telegramas e cartas de todos os pontos da «linha» exigindo que até ao fim do ano fossem satisfeitas as reivindicações mais prementes dos ferroviários.

Entretanto, da parte do governo, receia-se o desenvolvimento do movimento reivindicativo, a sua eventual evolução para formas superiores e a sua propagação a outros sectores operários. Aliás, a paralização de 2.000 operários da Lisnave em 31-12-68, a concentração de 500 operários do Arsenal junto da administração em 9-1-69, as três paralizações de centenas de operárias e operários têxteis da CUF, no Barreiro, em 6-1-69, e outras lutas não podem separar-se, em certa medida, da atracção que o movimento dos ferroviários está exercendo noutros trabalhadores. O exemplo da greve da Carris de Lisboa estava ainda na memória de todos e havia o fundado receio de que os ferroviários tomassem o mesmo caminho, caso os seus problemas não tivessem uma rápida solução.

Assim, com o objectivo de desmobilizar os trabalhadores, surge a nota do Ministério das Corporações, de 10-10-68, fazendo referência à exposição dos empregados de escritório enviada à Presidência do Conselho «em que se pedia a revisão das condições de prestação de serviço e a substituição «muito urgente» do vigente Acordo Colectivo de Trabalho». Nessa nota dá-se conta da constituição e composição da comissão mista de representantes dos Sindicatos, da Companhia e do Governo, cuja tarefa seria «rever, em vários aspectos, as disposições do A.C.T. em vigor».

A publicação desta «nota» teve claramente como objectivo adormecer os trabalhadores da C.P., amortecer a sua disposição de luta, semeando ilusões sobre a disposição do governo de Marcelo Caetano em resolver rapidamente a situação dos ferroviários. A Companhia e o Governo procuraram por todas as formas manobrar, enganar, espalhar boatos e ilusões, propalando ao mesmo tempo que a C.P. não tem fundos para satisfazer as reivindicações apresentadas.

O discurso do ministro das Corporações em 9-12-68 mostrou aos ferroviários que o governo de Marcelo Caetano é, tal como os anteriores

governos de Salazar, um governo que defende os interesses dos monopólios contra os interesses dos trabalhadores. O fascista Gonçalves de Proença tentou justificar os baixos salários dos ferroviários com os déficits crónicos da Companhia, revelando que o governo vem entregando 500 mil contos anuais à C.P., quantia esta arrancada à massa dos contribuintes. Não diz, porém, o ministro que uma das principais razões da existência dos déficits da Companhia e dos baixos salários dos trabalhadores se encontra na má administração da C.P., nas grandes negociatas que têm estado envolvidos os tubarões da C.P. e nos escandalosos vencimentos desta camarilha parasitária.

Ao mencionar a soma total de 70 mil contos que se pensava atribuir à revisão de vencimentos, o ministro das Corporações revela que o governo não tem a intenção de satisfazer as justas reivindicações apresentadas pelos ferroviários. Revela ainda que isto, assim como cerca de 60 mil contos de novos encargos com a reforma da Previdência prevista, num total de 130 mil contos, será conseguido à custa, em grande parte, dum futuro aumento das tarifas ferroviária.

A reacção dos trabalhadores não se fez esperar. Três dias após o discurso (12-12-68), era endereçada uma carta ao ministro das Corporações, desmascarando a demagogia patrioteira e o carácter de classe do governo fascista de M. Caetano rebatendo a sua falsa argumentação e mantendo a exigência do aumento de salários de 1.000\$00 mensais. Esta carta foi assinada por 3.468 trabalhadores (assinaturas recolhidas num só dia) e apoiada por mais de mil telegramas e cartas provenientes de todos os pontos do País.

Quando o ministro diz «apelar para a consciência dos interessados, lembrando-lhes a gravidade da hora que o país está a atravessar e que a todos impõe especiais deveres», os ferroviários dizem com ironia: «Agradecemos muito o papel de mártires, de sacrificados, de devotados à causa da manutenção do equilíbrio da economia nacional que a nação há

longos anos nos tem vindo a dar a honra de desempenhar. É tempo, no entanto, de essa honra ser partilhada por outros». Lembram em seguida os chorudos vencimentos dos administradores e os aumentos que se atribuíram a si próprios nos últimos tempos (sem que o governo alguma vez tivesse intervindo para os limitar) que nalguns casos passaram de 9.500\$00 para 21 conto e de 13.600\$00 para 23 contos, o escândalo da notícia dos 10 milhões de contos de capitais portugueses particulares depositados em bancos americanos e os fabulosos lucros de certas empresas e bancos, etc., e perguntam: «Como se nos podem pedir sacrifícios quando em certos meios (...), campeia o luxo, a ostensão, o esbanjamento e a frivolidade, como se o país nadasse num mar de prosperidade!»

A argumentação do ministro de que a C.P. é uma empresa deficitária e que isso é uma razão para os baixos salários existentes, os trabalhadores respondem na sua carta: «A empresa a que pertencemos é uma instituição de utilidade pública e nacional e o facto de não ser rentável não é razão para que nós não mereçamos a justa retribuição do nosso trabalho». E com ironia perguntam: «Ou será que nós ainda teremos de pagar à Companhia se o déficite existente aumentar!» Terminam insistindo na reivindicação do aumento geral de vencimentos não inferior a mil escudos mensais.

No dia 16-12-68, os ferroviários enviam ao Presidente do Conselho uma cópia da carta enviada ao ministro das Corporações, acompanhada de outra carta dirigida a ele próprio. A censura não permitiu a publicação destas cartas mas a imprensa, a rádio e a televisão fizeram a mais larga propaganda da insidiosa «conversa em família» de Marcelo Caetano, que era uma resposta indirecta às cartas e as acções dos ferroviários. Num verdadeiro insulto à miséria dos trabalhadores e como fiel defensor dos interesses monopolistas, Marcelo Caetano fala em «ciclo infernal» como se a origem do aumento constante do custo de vida estivesse nos pequenos aumentos de salários que os trabalhadores só obtêm à custa da sua luta.

O governo decreta precipitadamente o aumento

Depois de lançar um apelo à unidade e firmeza dos ferroviários, a Comissão Nacional promove um inquérito junto dos trabalhadores, procurando auscultar a opinião geral quanto ao caminho a seguir para o desenvolvimento vitorioso da luta. Ao mesmo tempo, espalhadas por toda a linha, nas estações e nos comboios e até nos escritórios apareciam pequenas tarjetas incitando os ferroviários a seguir o exemplo da Carris. Nas milhares de respostas recebidas pela Comissão Nacional dos ferroviários reflectia-se o espírito combativo dos trabalhadores, referindo muitas delas o exemplo da Carris e afirmando a disposição de seguir o mesmo

caminho.

Não tendo obtido resposta satisfatória às suas justas reclamações, os ferroviários recorreram a uma forma original de luta: o LUTO FERROVIÁRIO. Desta forma, com braçadeiras negras, milhares de ferroviários davam a conhecer ao povo português as razões da sua luta, rompendo assim a mordada da censura Caetanista.

O LUTO, iniciado no dia 2 de Janeiro, manteve-se durante alguns dias a despeito da repressão e da intimidação desencadeadas pela Pide. No Rossio, foi seguido por cerca de 90.º do pessoal; nas oficinas do Barreiro,



onde o LUTO foi total entre os 2.000 operários, uma brigada da Pide que procurava forçar os operários a retirar o luto, mal teve tempo de se salvar da ira provocada entre os trabalhadores, tendo um agente sido atingido com uma barra de ferro nas pernas e o chefe da brigada com uma grande « porca » de ferro nas costas. No Entroncamento, o LUTO foi quase total, assim como nas zonas ferroviárias ao Sul do Tejo, mas foi desigualmente seguido noutras regiões, particularmente no norte do País.

Perante esta magnífica acção de protesto dos ferroviários que tudo indicava se preparavam para passar a outras formas de luta (em muitos havia manifesta disposição de ir até à paralização e à greve), o governo anuncia precipitadamente, no dia 8 de Janeiro, o aumento de vencimentos e a concessão das regalias enunciadas no início deste artigo.

O governo conta poder assim quebrar temporariamente a combatividade dum grande

parte dos ferroviários, criar um motivo de divisão entre eles, isolando da grande massa a vanguarda mais combativa. Se o conseguirá ou não, isso apenas depende da acção futura dos trabalhadores da C.P.

Conhecendo bem o carácter de classe do governo e fortalecidos por esta primeira e importante vitória, os ferroviários farão um balanço do caminho já percorrido, reagruparão as suas forças, melhorando e reforçando a sua organização e a sua unidade combativa, e continuarão a luta até à completa satisfação das suas justas reivindicações. Continuarão sem dúvida a exigir que a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho se faça sem demora, que os trabalhadores, em amplas assembleias sindicais e nos locais de trabalho se possam pronunciar livremente sobre ele antes da sua assinatura definitiva. Continuarão a lutar contra a repressão, a opôr-se à prisão dos seus dirigentes e a exigir a libertação dos seus companheiros presos.

Algumas conclusões sobre esta fase da luta

« Lá onde os trabalhadores de vanguarda souberam encontrar formas de organização adequadas e métodos de ligação vivos e maleáveis com a classe, a luta progrediu, alargou-se e conduziu a importantes vitórias. »

(Das Conclusões do C.C. sobre as lutas operárias em 1968)

A justeza desta conclusão do C.C. do nosso Partido foi mais uma vez comprovada pela luta dos ferroviários.

O primeiro aspecto positivo a salientar nesta luta, durante a fase analisada, é exactamente a riqueza da experiência que se deduz das formas de organização utilizadas, adequadas às características da própria classe; à sua dispersão nuns casos (linha) e à concentração noutros casos (oficinas do Barreiro, Entroncamento, etc.)

A Comissão Nacional dos Ferroviários, com efeito, não podia só por si levar por diante todo o trabalho de organização da luta se não tivesse sabido apoiar-se em métodos de ligação rápidos, vivos e maleáveis com a classe. Tal maleabilidade permitiu manter uma ligação constante entre os dirigentes e as massas, ora consultando-as sobre o caminho a seguir, ora informando-as sobre os passos dados, ora orientando-as sobre as acções a realizar, de acordo com a disposição da maioria. O estudo deste aspecto do trabalho legal de massas está longe de ser esgotado.

O segundo aspecto positivo a salientar refere-se às formas de luta, adaptadas a cada situação concreta. São de referir a variedade das

acções: o amplo abaixo-assinado com uma dezena de milhar de assinaturas, os telegramas e cartas colectivos e individuais em seu apoio dirigidos ao governo, à Companhia, aos sindicatos, aos jornais, reuniões, etc..

No Entroncamento, quando se recolhiam assinaturas para a carta ao ministro das Corporações, os chefes tentaram impedi-lo, proibindo que a recolha se fizesse « na hora do serviço ». Em resposta, os operários foram unânimes em pedir meio-dia de licença, a fim de poderem assinar a carta. Como aquela lhes fosse negada a pretexto de « não poder ser concedida a todos », os operários resolveram assinar à hora do almoço, tendo por esse motivo rotomado todos o trabalho com 40 minutos de atraso.

Das deficiências que nos parecem mais salientes, queremos destacar: uma fraca ou quase nula utilização dos sindicatos, quer para promover reuniões e assembleias de trabalhadores, quer para forçar os seus dirigentes a tomar posição em apoio das reivindicações; uma insistência demasiado generalizada e exclusiva no método das cartas, telegramas e assinaturas quando a situação, parece-nos, já tinha evoluído para a possibilidade de recurso às concentrações e à « cera », consoante os casos, às pequenas (e eventualmente grandes) paralisações, em particular nos principais centros ferroviários.

Esta deficiência parece poder filiar-se na debilidade da organização, legal, semi-legal e clandestina, assim como na falta de espírito de decisão e audácia da parte mais esclarecida e combativa para passar a formas superiores de

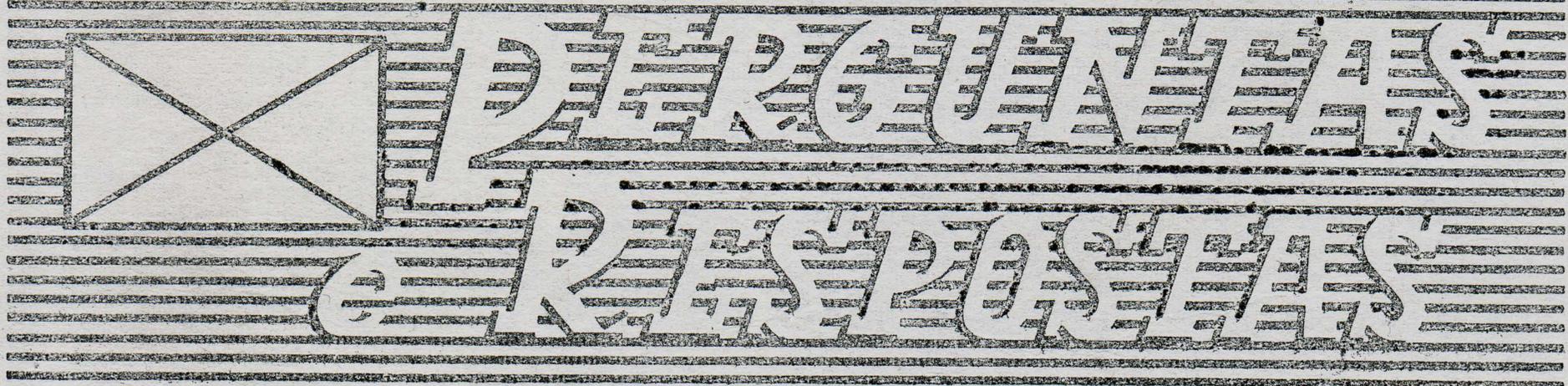
luta quando a massa dos trabalhadores manifestava disposição para se lançar nelas. O momento crucial em tais acções poderiam ser lançadas com mais êxito, parece-nos situar-se nos 3 ou 4 primeiros dias do ano, depois de esgotada a data limite estabelecida para a satisfação das reivindicações (Natal ou fim do Ano), e antes da cedência do governo, em 8 de Janeiro. Se a reacção firme e decidida dos ferroviários fez com que o governo aumentasse de 70.000 para 96.000 contos o aumento global, parece ser justo afirmar que se a luta tivesse tomado formas superiores e ficasse claro para o governo e a direcção da C.P. como os 27.000 ferroviários estavam dispostos a recor-

rer a paralizações e à greve, mais substanciais feriam sido os resultados.

* * * *

A vitória alcançada pelos ferroviários, ainda que longe de os satisfazer, não pode nem deve ser subestimada. Deve constituir um factor de reforço e consolidação da unidade ferroviária e um estímulo para a continuação da luta nas novas condições criadas.

Com a rica experiência adquirida nesta fase da luta, os ferroviários saberão reforçar a sua unidade e ampliar a sua organização à escala nacional para, em batalhas futuras, conquistarem as justas condições de vida e de trabalho a que têm incontestável direito.



A propósito dos acontecimentos da Checoslováquia chegaram-nos várias cartas com pedidos de esclarecimentos. Dá-se hoje resposta a algumas das questões levantadas. Logo que possível e tendo em conta o limitado espaço disponível, dar-se-á resposta a muitas outras perguntas que têm sido dirigidas a esta secção.

P A « Declaração do Partido Comunista Português sobre a situação na Checoslováquia » é datada de Setembro de 1968. Registaram-se desde então factos novos que tenham alterado a situação?

R. Os acontecimentos mais significativos registados desde então foram o acordo concluído entre a Checoslováquia e a URSS acerca da permanência de tropas soviéticas em território checoslovaco e que foi ratificado pela Assembleia Nacional da República Socialista Checoslovaca em 18 de Outubro; e o Pleno do CC do PC da Checoslováquia realizado de 14 a 17 de Novembro, de cuja Resolução o « Avante » publicou um resumo.

O que há de novo nessa Resolução é a extensa análise autocrítica do período de Janeiro a Agosto de 1968 a formulação duma positiva linha de acção para o fortalecimento do

regime socialista.

O CC do PC da Checoslováquia reconhece a influência de elementos direitistas e das forças anti-socialistas no curso político que nesse período se verificou. Refere largamente a acção desses elementos e dessas forças utilizando designadamente os meios de informação de massas, para enfraquecer o Partido, minar a sua posição dirigente na sociedade e pontos decisivos do Estado Socialista e enfraquecer as relações internacionais do Partido e do Estado no quadro dos países da comunidade socialista ». Reconhece que a Direcção do Partido e o governo (embora o CC tivesse apontado esses perigos no Pleno de Maio) não tomaram as medidas apropriadas.

A Resolução do Pleno de Novembro do PC da Checoslováquia confirma, pela voz dos próprios camaradas checoslovacos, a apreciação feita pelo PCP do período de Janeiro a Agosto de 1968.

São conclusões importantes que dão fundadas esperanças num rápido reforço das bases do socialismo na Checoslováquia e no prosseguimento dos seus êxitos.

Não se pode deixar passar sem referência o facto de que os jornais de alguns partidos irmãos (que aprovaram e estimularam o perigoso curso político que, antes de Agosto, se verificou na Checoslováquia e que condenaram a intervenção dos cinco países socialis-

tas) fazem quase completo silêncio sobre as conclusões deste importante Pleno do CC do PC da Checoslováquia, ou transcrevem apenas algumas curtas passagens sem referirem a larga análise auto-crítica. Na notícia que dá o Pleno, o órgão dum grande Partido vai ao ponto de não transcrever nada da orientação traçada e do plano da acção definido pelo CC e em contrapartida publicar o « programa » de Estudantes checos, em oposição à linha traçada agora pelo Partido...

P. A posição do PCP não impede a continuidade das suas relações fraternais com o Partido Comunista da Checoslováquia?

R. Como diz a Declaração do PCP, a intervenção dos cinco países do Tratado de Varsóvia foi acção decisiva dos melhores amigos e aliados dos comunistas e dos trabalhadores da Checoslováquia, para a defesa das conquistas do socialismo, da liberdade do povo trabalhador, da acção dirigente e determinante do Partido da classe operária, da independência nacional da Checoslováquia.

Se há ainda incompreensões no PC da Checoslováquia acerca dessa acção, o dia virá em que todos os comunistas checoslovacos compreenderão que os partidos que apoiaram, elogiaram e incitaram o curso político que estava a ser seguido antes de 21 de Agosto, não os ajudaram e que, ao contrário, foi uma ajuda efectiva e a melhor manifestação de amizade a posição daqueles que advertiram e condenaram uma política que conduziria os comunistas checoslovacos à sua própria perda.

A posição do PCP constitui uma manifestação de profunda amizade para com o PC da Checoslováquia, com o qual continua a ter relações regulares e fraternais. Estamos certos de que, longe de afectar essas relações, contribuirá para o seu reforço.

P. Vários jornais estrangeiros noticiaram que o PCP deu o seu acordo à iniciativa do PC Francês, anunciada em 17 de Julho, para a realização duma Conferência dos partidos comunistas da Europa sobre a situação na Checoslováquia.

Correspondem essas notícias à verdade?

R. Não correspondem. A iniciativa referida foi tomada imediatamente após a reunião em Varsóvia dos PC da URSS, Bulgária, Hungria, Polónia, República Democrática Alemã, que resolveram enviar ao PC da Checoslováquia uma carta advertindo dos perigos da situação para o socialismo na Checoslováquia e para a segurança do campo socialista, e expressando as suas profundas preocupações e a sua decisão de não per-

mitir que a degradação da situação política conduzisse à vitória das forças anti-socialistas, ao desalojamento do poder da classe operária e do seu Partido, à separação da Checoslováquia do campo socialista.

A nosso ver, essa carta dos cinco Partidos era uma ajuda efectiva e uma séria e justa advertência, que infelizmente não foi assim compreendida, nem pelos dirigentes do PC da Checoslováquia, nem por outros partidos.

Como diz a « Declaração do PCP sobre a situação na Checoslováquia », « partidos irmãos que apoiaram e estimularam o prosseguimento dum processo, que implicava tão graves perigos de ordem interna e internacional, poderiam ter dado uma contribuição positiva, se tivessem ajuizado da situação em toda a sua complexidade, se tivessem advertido fraternalmente os camaradas checoslovacos tanto dos resultados a que conduziria a sua política, como da necessidade imperiosa de, em cooperação estreita com a União Soviética e demais países do Tratado de Varsóvia, enfrentarem decididamente as forças anti-socialistas no interior e garantirem a segurança da Checoslováquia e da comunidade socialista. Longe de ajudarem o PC da Checoslováquia, mais empurraram os elementos direitistas para actividades aventureiristas, reforçando assim as esperanças das forças contra-revolucionárias ».

A carta de Varsóvia de 17 de Julho mostrava claramente a gravidade da situação.

A melhor ajuda que nesse momento podia ser dada ao PC da Checoslováquia era fazer-lhe compreender a necessidade de ter seriamente em conta essa opinião fraternal e de tomarem sem perda de tempo as medidas necessárias contra os elementos anti-socialistas no seu próprio país e para o fortalecimento da cooperação com os outros países socialistas.

Por considerar que a Conferência proposta pelo PC Francês não conduziria a tal resultado, o PCP não aprovou a iniciativa.

P. Há anos os dirigentes jugoslavos foram acusados de numerosos erros e faltas. Mais tarde veio a reconhecer-se o infundado dessas acusações. Não pode vir a suceder o mesmo com as críticas feitas de Janeiro e Agosto de 1968 a dirigentes checoslovacos?

R. Em Junho de 1948, foram feitas pelos partidos do Buro de Informação então existente uma série de críticas a importantes erros da direcção do Partido Comunista da Jugoslávia. Designadamente:

- 1.^a Tendências nacionalistas e para o compromisso com os estados imperialistas;
- 2.^a Uma política de afastamento, separação e mesmo hostilidade em relação à URSS

e ao Partido Comunista da URSS;

- 3.^a O abandono do princípio leninista de que o proletariado e o seu partido têm um papel dirigente na construção do socialismo;
- 4.^o Uma política agrária que não conduzia à colectivização da agricultura, antes reforçava nos campos o sector não socialista.

Essas críticas eram justas no essencial e os factos posteriores (até hoje) deram sucessivas comprovações.

A Jugoslávia é um país socialista. Mas são ainda predominantes as tendências nacionalistas, as limitações à cooperação com os países socialistas, o anti-sovietismo, uma política externa que não é inspirada pelos princípios do internacionalismo proletário, uma concepção não leninista do Partido consignada nos termos do próprio programa da Liga dos Comunistas (nome que o Partido adoptou).

O PC Português, pela sua parte, nunca afirmou que as críticas feitas em 1948 tinham sido incorrectas no fundamental. As relações e a cooperação entre países socialistas e entre partidos comunistas só podem ser estabelecidas numa base de princípios e não no fechar os olhos a deficiências e a erros ou na reelaboração da história segundo as conveniências.

O que consideramos incorrecto foi o ter-se ulteriormente desenvolvido uma campanha, em que, às críticas justas, se juntaram uma caracterização errada da situação na Jugoslávia, termos injustos, ofensivos e caluniosos, e uma hostilidade para com os comunistas jugoslavos que não os ajudou a rectificar posições incorrectas, antes estimulou o desenvolvimento das tendências negativas.

Infelizmente, a imprensa do nosso Partido, em anos seguintes, também acompanhou essa campanha, o que foi mais tarde considerado errado e lamentável.

A pergunta é feita em ligação com os acontecimentos na Checoslováquia. Sobre isto é útil dizer mais algumas palavras. Os dirigentes jugoslavos que, quando da contra-revolução da Hungria em 1956, estimularam as forças anti-socialistas húngaras, também em relação aos acontecimentos na Checoslováquia em 1968 tomaram uma atitude muito negativa. Longe de terem contribuído para a solução das dificuldades, estimularam activamente o processo político que veio a criar sérios perigos para o socialismo na Checoslováquia e para a defesa do campo socialista no seu conjunto e ataçaram a intransigência de elementos direitistas, dando-lhes a falsa ideia de que com os apoios de que dispunham poderiam levar por diante a sua perigosa orientação e

actividades.

Em princípios de 1965, uma missão de estudo composta por dois membros do CC do PCP esteve na Jugoslávia. Até hoje as relações do PCP com a Liga dos Comunistas da Jugoslávia não foram normalizadas.

P A « Declaração » do CC do PCP a firma que a evolução da situação na Checoslováquia e numerosas apreciações sobre ela mostram um abrandamento da vigilância no movimento comunista internacional em relação aos perigos do oportunismo de direita e do revisionismo. Não poderia o PCP tornar mais clara essa crítica e indicar os partidos nos quais a seu ver isso se verificou?

R Salvo casos verdadeiramente excepcionais, o PCP entende não dever pronunciar-se publicamente duma forma crítica em relação à actividade de partidos irmãos. Isso não contribuiria para o reforço dos laços com os partidos irmãos e para a unidade do movimento comunista. O facto de que tal orientação não é seguida por todos os partidos tem criado não poucas dificuldades.

Isto não significa entretanto que se possa ou deva evitar, quando há sérias divergências ideológicas, expôr os próprios pontos de vista, sem fazer polémica com partidos irmãos, mas tão pouco evitando o debate ideológico.

Tendências de direita e revisionistas manifestam-se de facto no movimento comunista. O PCP está vigilante dentro das suas fileiras. Mas não podemos ignorar que, com os meios de informação do mundo moderno, os militantes podem receber influência de outros partidos irmãos que colidem com a orientação do nosso Partido.

Algumas das concepções que consideramos resultado dessas tendências dizem respeito à ditadura do proletariado cuja necessidade alguns contestam; ao papel da classe operária que outros põem em causa, supervalorizando o papel dos intelectuais e da pequena burguesia; ao internacionalismo proletário que em alguns casos cede o passo a tendências nacionalistas; ao sistema de alianças em que se fazem concessões em questões de princípio; à cooperação do movimento operário mundial com o campo socialista, cuja necessidade alguns vão ao ponto de contestar.

Nas suas relações bilaterais com partidos irmãos, o PCP expõe franca e lealmente os seus pontos de vista e ouve atentamente as opiniões de outros partidos. Na vida interna do nosso Partido, desenvolvemos com independência o trabalho ideológico, dentro da orientação que nos parece correcta.

DESTRUIR A ORDEM FASCISTA E CONQUISTAR A LIBERDADE

Quando manejam a sua poderosa máquina repressiva contra a classe operária e as massas populares em luta pelos seus interesses vitais e pela liberdade, as classes exploradoras e os seus serventuários no poder defendem desesperadamente a sua sobrevivência como classes dominantes enquanto pronunciam religiosamente a palavra «ordem».

Resistindo à brutalidade das forças policiais e ao jugo fascista, o povo português não tem apenas demonstrado a sua oposição à ordem de exploração e opressão reinante em Portugal, mas também a sua profunda aspiração a uma ordem totalmente oposta. A classe operária e todos os trabalhadores, manuais e intelectuais, os estudantes, as mulheres, todas as forças democráticas e patrióticas em geral, pela sua luta tenaz e incansável, vêm abrindo o caminho para a instauração de uma ordem democrática, de progresso, de paz e bem-estar social no nosso País.

Uma Ordem de Exploração e Opressão, de Submissão ao Imperialismo, contra a Paz

Contrária aos interesses gerais do povo e da Nação, a política de Salazar, que o seu sucessor Marcelo Caetano jurou solenemente prosseguir, não poderia ser assegurada pela camarilha fascista sem o recurso ao argumento supremo das classes opressoras: a inexorável manutenção da «ordem» existente, baseada na violência e na repressão.

Continuação da privação das liberdades fundamentais do cidadão sob a capa demagógica de vagas promessas de «tolerância» denunciando um anti-comunismo virulento; continuação das guerras coloniais, que tanto sangue e sacrifícios têm custado à juventude e ao povo português, a par de uma política internacional baseada no anti-sovietismo e no agravamento da tensão internacional; mais exploração, miséria e atraso para as massas trabalhadoras, a fim de satisfazer a insaciável sede de lucros de um punhado de monopolistas sem pátria, tal é, no essencial, o conteúdo da «ordem» que o fascismo «liberalizante» de Marcelo Caetano procura por todas as formas eternizar.

Num momento em que a classe operária e as massas laboriosas exprimem com crescente vigor o seu descontentamento reclamando insistentemente a satisfação das suas justas reivindicações, o governo salazarista de Marcelo Caetano prossegue a política de super-exploração capitalista e de domínio imperialista no nosso País.

Pronunciando-se por uma «ordem que permita o trabalho e facilite a aceleração do progresso material e moral», Marcelo Caetano, principal mentor da organização corporativa em Portugal, conta com o revigoramento desta desacreditada organização que, tal como o Partido Comunista Português a definiu, é um «instru-

mento de controle da vida económica pelos grandes capitalistas e grandes agrários para maior exploração dos trabalhadores e das classes médias». Recentemente ainda, ouvimos Marcelo Caetano ameaçar: «O corporativismo tem de ser praticado no país inteiro. Há-de dominar na orientação das empresas e de penetrar na consciência dos trabalhadores».

Assente numa fantasmagórica «harmonia de classes», o corporativismo fascista procurou sempre adormecer a consciência de classe dos trabalhadores e o seu espírito de luta. Forma da mais implacável luta de classes conduzida pelos exploradores e pelo seu governo fascista, o corporativismo nunca foi nem poderá ser aceite pelos trabalhadores. Conscientes da falsidade da «harmonia» que apregoam, os fascistas, com Salazar ou com Marcelo Caetano, sempre tiveram de recorrer a um poderoso aparelho repressivo orientado contra todas as manifestações de protesto dos trabalhadores, impondo pela violência a organização corporativa.

Uma «ordem» que permita o trabalho sem exploração, que tenha em conta os interesses vitais da classe operária e das massas laboriosas, do povo em geral, ao contrário do que pretendem as classes exploradoras pela boca de Marcelo Caetano, é aquela que não permitirá que no nosso País os frutos do labor de milhões de trabalhadores explorados continuem a deslizar sob a forma de super-lucros, segundo a lei implacável da mais-valia, para os cofres sem fundo de um punhado de monopolistas sem pátria.

As greves e paralizações, as concentrações massivas, os desfiles, as manifestações de rua e outras formas superiores de luta, utilizando os sindicatos fascistas como campo de batalha não são apenas o melhor caminho que os

trabalhadores têm seguido e deverão prosseguir para combater vitoriosamente a organização corporativa e a exploração capitalista. Tais acções constituem igualmente importantes passos para a conquista das liberdades democráticas e põem em causa a « ordem » que mantém o povo português sob o jugo fascista.

Contra a « ordem » que defende os sacrosantos interesses dos monopolistas e do imperialismo estrangeiro na nossa Pátria, apoiada na violência das forças policiais, lutaram ultimamente milhares de operários da Carris, apoiados pelas suas corajosas mulheres e pela população de Lisboa; lutaram os pescadores de Matosinhos, igualmente acompanhados pelas suas destemidas mulheres; lutaram as valentes conserveiras do Algarve, de Setúbal, de Peniche e as operárias da Jelfa; lutaram os pertuários de Lisboa e Leixões; estão lutando os 27.000 ferroviários da C.P. lutaram e continuam a lutar milhares e milhares de trabalhadores da cidade e do campo.

Nestas acções, como em todas as outras que se têm desenvolvido ao longo da ditadura fascista, os trabalhadores têm demonstrado que é sempre calma e ordeiramente que decidem exigir a satisfação das suas justas reivindicações. Pelo contrário, são as chamadas forças da « ordem » que a cada momento se revelam como verdadeiros agentes da desordem, espancando, torturando e até assassinando os trabalhadores indefesos. E é em situações como estas, por mais paradoxal que pareça, que mais vemos os governantes fascistas fazer esforços desesperado para defenderem a sua « ordem » desordeira e promovê-la a entidade sagrada. Com este objectivo, agitam invariavelmente o vetusto espantallo do comunismo. Marcelo Caetano afirma desde o primeiro dia que a « ordem » pública será enoxoravelmente mantida ». Fazendo repercutir a mesma ameaça, o seu ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, proclama enfática e desavergonhadamente que a « ordem » e a « lei » exprimem a « mais clara vontade da Nação », enquanto as forças repressivas, e nomeadamente a Pide, sob a sua alçada, procuram sufocar diáriamente todas as manifestações da verdadeira vontade do povo por-

tuguês de pôr termo à « ordem » que o oprime e à « lei » que o priva dos mais elementares direitos do cidadão.

No plano internacional, o anti-sovietismo e o agravamento da tensão internacional são as linhas dominantes da política fascista que o governo de Marcelo Caetano tem demonstrado tendências para acentuar, num esforço redobrado para assegurar a manutenção da « ordem » reinante em Portugal. Assim, para defenderem a « ordem » e a « lei » dos grupos monopolistas sem pátria que vendem palmo a palmo o nosso País ao imperialismo estrangeiro, a fim de manterem a subjugação do povo português e intensificarem as guerras coloniais contra os povos em luta pela sua libertação, os fascistas Franco Nogueira e Marcelo Caetano reclamam a « solidariedade política » dos países imperialistas da OTAN. Prossequindo a política de seu antessor, Marcelo Caetano compromete cada vez mais perigosamente o nosso País em alianças e concluios com os círculos da pior reacção mundial, desde os imperialistas norte-americanos e os revanchistas de Bona, aos racistas da África do Sul e da Rodésia. Pela mesma razão, acolhem com manifesto desagrado todas as vitórias alcançadas pelas forças internacionais da Paz e do Progresso, nomeadamente a suspensão dos bombardeamentos à República Democrática do Vietnam pelos agressores norte-americanos e todas as iniciativas que possam conduzir uma solução política dos conflitos armados, à extinção dos focos de tensão semeados pelo imperialismo em diferentes pontos do globo, à Paz por que anseiam todos os povos do mundo.

No concerto da « ordem » de traição nacional que avassala a nossa Pátria e ultrajando o povo português, o ex-nazi Kiesinger, recebido no nosso País com todas as honras pela camarilha governante, veio falar de uma « ordem de paz e liberdade » em Portugal. Como se a base alemã de Beja e a sinistra aliança entre o militarismo alemão e o fascismo português não constituíssem neste momento uma terrível ameaça para a soberania e independência de nosso País, para a conquista da liberdade pelo nosso povo, para a Paz mundial.

A Demagogia « liberalizante » pretende salvaguardar a « Ordem » existente

O aparecimento, no seio do fascismo, duma pequena facção « liberalizante » encabeçada por Marcelo Caetano resulta fundamentalmente do incremento da luta popular, da classe operária em particular. Mas, com o ditador Salazar ou com o pseudo-liberal Caetano, um governo fascista é e será sempre o governo de um punhado de exploradores e opressores do nosso povo: os capitalistas associados ao imperialismo estrangeiro e os grandes senhores da terra ligados ao capital financeiro.

Contrário aos interesses gerais do povo e da nação, minado por numerosas dissidências internas, assediado por múltiplos ataques gerados pelo descontentamento popular, o fascismo salazarista pôde subsistir com aparente coesão graças a um monstruoso aparelho repressivo e ao apoio da pior reacção internacional, guiado por um chefe incontestado da grande burguesia monopolista. Porém, tal como o Partido Comunista Português tinha acentuado em diferentes ocasiões, a perda de um



dos pilares do fascismo — o ditador Salazar — não significaria automaticamente o desmoronamento do regime embora o pudesse enfraquecer. Para combater esta eventualidade, os «dissidentes» do regime, que ontem com Salazar não conseguiram fazer prevalecer a sua tática dita liberalizante, hoje no poder recorrem a ela com revigorada obstinação, na esperança de salvarem o regime e de se salvarem com ele.

Na tentativa de impedir o desenvolvimento da luta popular, o governo de Marcelo Caetano apressa-se a fazer ligeiras concessões, como a pertença não — homologação das direcções sindicais e os miseráveis aumentos dos ferroviários, que não dão satisfação às reivindicações há muito apresentadas. Mas acima de tudo, é um nunca acabar de promessas espalhafatosas, como a baixa do custo de vida e a reforma do ensino, que o governo sabe de antemão que é incapaz de cumprir. A este respeito o comunicado da Comissão Política do C. C. «Sem Salazar, o salazarismo continua» afirma: «É necessária uma extrema vigilância para não confundir a satisfação de reivindicações (que resulta, não das «boas intenções de M. Caetano, mas da luta do povo português e das próprias dificuldades do regime) com manobras dilatórias, puras armadilhas, medidas que, parecendo, aparentemente dar satisfação a reivindicações, procuram um caminho demagógico de a recusar e, parecendo significar o abandono do fascismo visam de facto reforçá-lo».

É sabido que, pela sua própria natureza fascista, o governo de Marcelo Caetano, sem que a isso seja obrigado pela luta, não irá além de um mínimo de concessões que não prejudiquem os interesses da grande burguesia capitalista. A vaga promessa de «tolerância» feito pelo sucessor de Salazar no seu primeiro discurso, garantindo a implacável perseguição dos comunistas, não poderia deixar lugar a grandes esperanças de uma alteração de política que deixasse campo livre para a actuação das forças verdadeiramente democráticas e patrióticas. E os factos vieram depressa desiludir muitos daqueles que estavam prestes a contentar-se com uma caricatura de «liberdade». A censura não só não foi banida como têm sido tomadas e se preparam medidas de fundo para centralizar ainda mais a informação e a imprensa. A censura proibiu a publicação das cartas dos democratas de vários pontos do País, dirigidas ao Presidente do Conselho e da República, reclamando sucessiva e insistentemente as liberdades fundamentais e a Amnistia, o direito de intervir livremente no recenseamento, assim como um mínimo de garantias na batalha «eleitoral». Da mesma forma foram reduzidas as mais com-

pletas e telegrafadas saídas das comemorações do 31 de Janeiro pelos democratas em várias cidades do País, a carta dos ferroviários ao ministro das Corporações, desmascarando a demagogia fascista e reclamando que fossem atendidas as suas prementes reivindicações, tal como foi igualmente impedida a publicação do documento daquelas Associações «Polícia na Universidade — A Verdade sobre os acontecimentos no Instituto Superior Técnico». Da mesma forma, as justas reclamações dos familiares e dos advogados dos presos políticos, têm sido sistematicamente proibidas em qualquer órgão de informação.

Ao serviço da «ordem» e violando os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, os tribunais plenários continuam em pleno funcionamento, as «medidas de segurança» não foram abolidas e as masmorras fascista continuam a privar do sol da liberdade os melhores filhos e filhas do povo português. As manifestações populares continuam a ser severamente reprimidas, tal como nas comemorações do 5 de Outubro em Lisboa, e mais recentemente, após o funeral do Dr. António Sérgio quando os gritos de «Amnistia», «Eleições Livres», «Democracia» «Abaixo as guerras coloniais», ultrapassando os estreitos limites da «tolerância» propalada por Marcelo Caetano se fizeram ouvir audaciosamente nas ruas da cidade. Centenas de estudantes são da mesma forma igualmente reprimidos quando protestam contra o assassinato do seu colega Daniel Teixeira pelo bando de factórias da Pide. Tal como se Salazar se encontrasse ainda na cadeira ditatorial de S. Bento, as forças repressivas, em grandes exhibições de força, submetem vastas regiões do País a uma estreita vigilância e a um clima de intimidação. A Pide prende, espanca e ameaça os ferroviários em luta, assalta as instalações do Instituto Superior Técnico e persegue os dirigentes estudantis, e, desafiando a própria «legalidade» fascista, prende mais de uma centena de democratas que discutem os problemas do recenseamento em Braga, mas é obrigada a libertá-los pouco depois. E a coroar uma longa série de ataques dirigidos contra as forças democráticas e a luta do povo português, o governo de Marcelo Caetano condecora o major Silva Pais chefe — mor da Pide, consagrando ostensivamente esta instituição de violência e terror no nosso País.

A demagogia «liberalizante» mal se esboçou ainda — afirma o documento da Comissão Política. «São de esperar nos próximos meses novas iniciativas e talvez mesmo algumas «espectaculares». Contra os perigos de expectativa que tais manobras possam acarretar para o movimento operário, os comunistas devem esclarecer os trabalhadores levando-os a utilizar em seu provento as medidas que a sua

luta unida tem aberto no edifício fascista. Recorrendo às mais diversas formas de luta, desde a reclamação e o abaixo-assinado na empresa, até às concentrações nos Sindicatos e às paralisações, manifestações e greve, os trabalhadores deverão exigir que todas as promessas sejam cumpridas e seja dada inteira satisfação às suas justas reivindicações, e reclamar os direitos sindicais e de greve por que há muito vêm lutando.

Nos restantes sectores anti-fascistas, particularmente o estudantil, os militantes comunistas devem conduzir igualmente um combate tenaz contra a política demagógica do governo, alertando contra as manobras dilatórias do governo. Graças à combatividade de que têm dado provas na luta pelos seus direitos associativos, os estudantes já conseguiram es-

corraçar a Comissão Administrativa da Associação da Faculdade de Ciências de Lisboa. Prosseguindo e intensificando a sua acção unida, poderão conseguir igual vitória na Associação Académica da Universidade de Coimbra e forçar o governo a atender as suas reivindicações de carácter pedagógico, social e cultural, dando importantes passos para uma verdadeira reforma do ensino.

A demagogia «liberalizante», que pretende salvaguardar a «ordem» existente, deve ser, pois, pronta e audaciosamente combatida em todos os sectores anti-fascistas, quer desmascarando a camarilha governante quer forçando-a a novas e mais importantes concessões, devendo a classe operária e todos os trabalhadores ocupar as primeiras filas nesta batalha.

Por uma ordem democrática, de progresso e de Paz

Para as classes exploradoras e para os seus regimes opressores, revolução é sinónimo de «caos». Para a classe operária e para as massas populares, a revolução é o começo de uma nova ordem cujos princípios estão inscritos no Programa do Partido Comunista cujos ideais respondem às suas mais profundas aspirações. A existência de um Programa a cumprir, a necessidade de um elevado nível de organização da classe operária e das massas populares, de um alto espírito de disciplina e de responsabilidade dos comunistas para pôr termo à tirania fascista e ao atraso e miséria do povo português desmascaram todas as calúnias que os governantes fascistas e as classes exploradoras procuram lançar sobre o Partido do proletariado das massas exploradas.

No momento presente, os 8 pontos do Programa do Partido Comunista Português, reafirmados na reunião de Setembro do seu Comité Central, nomeadamente no comunicado «O Partido Comunista Português e o Momento político Actual», na «Proclamação do Partido Comunista Português» e posteriormente no documento da Comissão Política «Terceiro mês do governo de Marcelo Caetano — Sem Salazar, o Salazarismo continua — Só a Luta por fim ao fascismo» apontam o caminho para uma ordem que responde aos interesses gerais do povo português. Só ela poderá criar as condições indispensáveis para o desenvolvimento económico do País pelo aproveitamento de todas as energias criadoras do povo trabalhador e de todos os recursos nacionais, libertos da exploração monopolista e do domínio imperialista em Portugal. Só ela poderá pôr termo às criminosas guerras coloniais e reconhecer o direito à liberdade e independência dos povos colonizados. Só ela poderá permitir a elevação contínua do bem-estar material e cultural do

povo português, num ambiente de paz e justiça social.

Parte constitutiva da luta pelo socialismo, que acabará para sempre com a exploração do homem pelo homem, a revolução democrática e nacional que o Partido Comunista Português preconiza interessa todo o povo português, mas particularmente a classe operária. «Os proletários só têm a perder as próprias algemas. «atirava o Manifesto do Partido Comunista. «Eles têm um mundo a ganhar por meio do democratismo», acrescentava Lênine.

Principal produtora dos bens materiais e principal vítima da exploração capitalista, a classe operária é também a principal adversária das classes exploradoras e da sua «ordem» fascista que neste momento se procura disfarçar sob uma capa «liberalizante». Temperada no fogo de uma longa e insustentável luta, orientada pelos princípios do marxismo-leninismo, a classe operária portuguesa, em aliança com o campesinato e agrupando à sua volta as forças verdadeiramente democrática e anti-fascistas, ocupa uma posição de vanguarda na luta pela liberdade política e pelo fim da «ordem» fascista. Implicitamente contida na luta reivindicativa da classe operária e de todos os trabalhadores, a exigência das liberdades fundamentais tem tomado clara expressão na luta pelos direitos sindicais e de greve, pela amnistia e contra as «medidas de segurança», na luta contra a censura e pela liberdade de expressão, na luta pelo direito de reunião e de associação. O movimento anti-fascista português tem crescido e continuado a desenvolver-se em torno destas exigências fundamentais.

Para desempenhar o papel que lhe cabe na actual fase da luta das forças democráticas, a classe operária deve dar uma réplica pronta e enérgica às manobras de «novo estilo» fascista, desenvolvendo e intensificando a sua acção reivindicativa e levando simultaneamente a cabo uma acção firme e decidida contra a repressão, pelo direito de reunião, de associação e de organização, criando para isso as formas de organização mais adequadas para cada caso concreto.

A destruição revolucionária da «ordem» existente e a conquista da liberdade política, respondendo aos interesses vitais do povo português, exige que sejam dados novos e importantes passos para o fortalecimento da unidade de todas as forças verdadeiramente anti-fascistas e patrióticas. A este respeito, o documento da Comissão Política do C.C. afirma: «A unidade não é uma questão a ser decidida entre dirigentes. A unidade, podem decidida as próprias massas populares pela sua iniciativa e acção. As massas não devem esperar



acordos «por cima». Devem elas próprias unir-se, criar os seus organismos de direcção, definir objectivos e lançar-se na luta». Rompendo a barreira da «legalidade» fascista na presente campanha «eleitoral», a classe operária e as massas populares poderão alcançar importantes sucessos no fortalecimento da unidade, na luta pela conquista das liberdades fundamentais.

As acções combativas da classe operária, de de todos os trabalhadores manuais e intelectuais, da juventude trabalhadora e estudantil, dos militares, das mulheres, em defesa dos

seus interesses específicos, pelos objectivos concretos e imediatos definidos nos 7 pontos do documento da Comissão Política atrás referido, vibrando novos golpes e abrindo novas brechas no aparelho fascista, espalham as sementes de uma nova ordem social e política que só o povo português, pela sua luta, poderá instaurar no nosso País, na sua marcha irresistível para o progresso, a paz e o socialismo.

Unir-se cada vez mais estreitamente à classe operária e às massas populares, auscultá-las e orientá-las nestas acções, é tarefa urgente e fundamental dos militantes comunistas.

CONTRA A REPRESSÃO E PELA AMNISTIA

A política repressiva do governo de Marcelo Caetano vai-se definindo.

O seu primeiro discurso, por muito que pese aos oposicionistas que se querem iludir ou querem iludir os outros, não deixou margem para dúvidas e por isso o CC do PCP, ao definir a posição do Partido perante o momento político actual, preconizou «ser tarefa de todos os democratas desmascarar o carácter anti-popular, anti-democrático, anti-nacional da camarilha governante e a sua obstinação em prosseguir a política de repressão e guerra colonial».

A «manutenção da ordem» e a «defesa da autoridade» e a «estabilidade da rectaguarda», tais são os argumentos de que Marcelo Caetano e a sua gente se tem servido para justificar a negação das liberdades por que anseia a Nação inteira e que milhares e milhares de portugueses tem reclamado desde de que se constituiu o novo governo.

A Repressão continua

Nos antros da Pide os presos são, como antes, cruelmente torturados, assim aconteceu recentemente com o destacado militante comunista Francisco Canais Rocha e os camaradas Rosalina Labareda, José Lobato Pulquério, Úrsula Machado e Maria da Conceição Matos. A morte às mãos da Pide do estudante católico Daniel Teireira é a prova insufismável e recente das torturas, dos maus tratos, do despreso para com a vida dos presos, práticas de que Marcelo Caetano e o seu governo são, não apenas cúmplices, mas responsáveis e a tal ponto que recusaram o inquérito que milhares de portugueses reclamaram frente ao ministério do Interior e através de representações.

Outros presos correm perigo nas cadeias fascistas. O camarada Hlídio Esteves foi vítima de um pesado castigo e ameaçado de mais violentas represálias. Os camaradas Pires Jorge (preso há 7 anos), Afonso Gregório preso (há 9 a-

O anti-comunismo militante, vociferante, é, no entanto, o argumento maior para a justificação do prossigimento da repressão política.

O nosso Partido é o mais directamente visado pela campanha, mas o anti-comunismo nunca foi argumento que justificasse apenas a repressão aos comunistas, dele se têm servido os fascistas e reacionários de todas as latitudes para justificar a supressão das liberdades, o encarceramento e aniquilamento físico de adversários políticos, os mostruosos aparelhos policiais livres de exercerem toda a casta de violências sobre os cidadãos.

A condecoração do director da Pide por interferência do novo governo, o elogio dessa odiada corporação feito pelo ministro do Interior quando milhares de vozes reclamam a sua dissolução, são factos significativos do papel que Marcelo Caetano reserva na sua política ao aparelho policial que foi desde sempre um dos principais sustentáculos da tirania salazarista.

nos), e José Carlos (preso há 5 anos) Fernanda Tomás (presa há 8 anos) apesar de doentes continuam sujeitos às severas condições do regime prisional fascista, carecidos de tratamento adequado.

Os plenários de Lisboa e Porto, continuam a aplicar pesadas penas e, acrescidas como antes, com as celeradas «medidas de segurança».

Como antes, também, a par das medidas demagógicas anunciadas, o governo atropela a sua própria legalidade sindical, o que aconteceu recentemente no Sindicato dos Têxteis do Porto, onde as eleições foram suspensas porque a única lista legalmente apresentada era da confiança da classe, logo da desconfiança do governo.

Como antes, também, as actividades culturais continuam a ser objecto da senha odienta dos fascistas o que foi demonstrado pelo Supremo Tribunal Administrativo confirmando a dissolução da Sociedade dos Escritores,

Como antes, ainda, o movimento associativo dos estudantes continua a ser alvo das ameaças e da acção repressiva do governo, que se num caso ou noutro foi forçado a ceder pela luta, continua a impedir, por processos abjectos, o funcionamento de organismos associativos estu-

dantis, como o do Industrial do Porto, levando a sua « política de continuidade » neste terreno até à suspensão das actividades da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico de Lisboa ao encerramento do Instituto e a sua ocupação pelas forças repressivas.

Poderosas acções Contra a repressão e pela amnistia

Se a repressão continua, como se viu, a disposição de enfrentá-la, de fazê-la recuar, reforçou-se e alargou-se a novos sectores.

Nas inúmeras movimentações realizadas a partir de então, a situação dos presos e dos exilados políticos, a reclamação da amnistia ocupam um lugar central.

— Um governo que decreta uma amnistia geral de carácter político, reclamaram ao Presidente da República, ainda em Setembro, mais de 100 cidadãos residentes no Porto, seguidos depois de muitos outros.

— Diplomas que « abram as portas do carcere e do regresso ao País a quantos se viram ou vêm perseguidos por motivos políticos », declaravam esperar os democratas de Aveiro, em representação ao Presidente do Conselho.

— « Um clima de convivência » « não pode estabelecer-se quando tantos portugueses jazem nas cadeias políticas, quando tantos exilados se encontram impossibilitados de regressar a Portugal » proclamaram 126 democratas reunidos em Braga pelo 5 de Outubro, reivindicando consequentemente, « uma amnistia política de carácter geral e o regresso de todos os exilados. »

— Milhares de pessoas reunidas no cemitério do Alto de S. João em romagem aos túmulos dos heróis da República gritaram a exigência de « Amnistia para os presos políticos ! »

— 1.500 democratas do Norte do País, em representação ao Presidente do Conselho colocam « a libertação imediata de todos os presos políticos » e « o regresso dos deportados e exilados » à frente de uma série de « condições indispensáveis para congregar todos os portugueses ».

A estas acções junta-se a representação das famílias dos presos ao Presidente do Conselho, com 473 assinaturas, o pedido de inquérito à morte do estudante Daniel Teixeira feito por 56 personalidades de Lisboa, incluindo alguns padres, o mesmo pedido feito pelas Associações dos Estudantes de Lisboa e final-

mente a grande manifestação de jovens e estudantes de Lisboa contra a morte de Daniel Teixeira bem como muitas acções vigorosas dos estudantes contra o que chamam a « sociedade repressiva ».

A campanha pela amnistia prossegue e envolve-se. Um apelo nacional reclamando-a imediatamente já contém milhares de assinaturas.

Mas já antes do afastamento de Salazar a luta contra a repressão tinha passado por momentos altos; a concentração de cerca de 400 mulheres de Matosinhos frente à sede da Pide no Porto reclamando a libertação dos pescadores e dos mestres presos, os protestos dos estudantes do Instituto Industrial do Porto contra a prisão do seu dirigente Horácio Guimarães; as múltiplas acções de protesto levadas a cabo no distrito de Braga e noutros centros do Norte contra as prisões dos democratas minhotos Drs. Humberto Soeiro, Lino Lima, Santos Simões e Ribeiro da Silva; a manifestação de despedida ao Dr. Mário Soares aquando da sua deportação, a grande massa de assinaturas recolhidas e a Assembleia Geral da Ordem dos Advogados para reclamar o seu regresso; as quetes de solidariedade e outras acções de apoio aos estudantes presos realizadas abertamente na Universidade de Lisboa, — eis alguns dos mais salientes.

Muitas destas últimas acções saldaram-se por vitórias imediatas, forçaram a Pide a largar as suas vítimas, em períodos mais ou menos curtos, constrangeram-na a uma conduta mais prudente para com os presos, ao mesmo tempo que contribuíram para reforçar a moral e a coragem destes últimos.

Para além dos resultados imediatos conseguidos, a luta contra a repressão, condiciona, de facto, a actividade repressiva geral do fascismo. Este sem perder a natureza violenta, uma das suas características, pode ser e já tem sido forçado a suspender golpes preparados contra o movimento popular e democrático perante o perigo de ver levantadas forças ainda mais poderosas do que as que quer abater.

Urge intensificar a luta

As lutas recentemente travadas mostram que são grandes as possibilidades de desen-

volvimento de um poderoso movimento contra a repressão. Pertence aos comunistas a no-



bre tarefa de serem a força motora deste movimento: esclarecendo os seus objectivos, sugerindo-lhe as formas de luta adequadas, dinamizando-o com o seu entusiasmo.

O CC apontou, no documento «O Partido Comunista Português e o momento político actual» os grandes objectivos imediatos na luta contra a repressão:

- Libertação imediata dos presos políticos
- amnistia
- termo das torturas e dos maus tratos
- abolição das medidas de segurança
- dissolução da Pide

Mas a luta por estes objectivos fundamentais e gerais não anula antes pressupõe a necessidade da luta por outros objectivos concretos:

- protesto contra todos os actos repressivos do governo;
- movimentos de solidariedade e apoio aos trabalhadores, jovens e democratas que a Pide venha a prender;
- acções concretas pela libertação dos presos políticos atingidos por doenças graves — casos de Afonso Gregório Alda Nogueira, José Carlos, Olivia Sobral por exemplo — ou que pela sua idade, longos

A amnistia que

Lançando a benção sobre a Pide e o seu Director, afirmando que o «tema dos presos políticos é pura exploração comunista ou crypto-comunista», o governo prepara-se para deixar tudo como está quanto à situação e futuro dos presos políticos.

Isto não pode surpreender quem não perdeu de vista a natureza de classe e a doutrina política do novo governo e do seu chefe, mas isto também não pode obscurecer a perspectiva de lhe arrancar pela luta uma amnistia geral política.

A luta pela amnistia está-se tornando o eixo

anos de prisão e estado de saúde, urge libertar — caso de Pires Jorge, e Manuel Rodrigues por exemplo;

- formação de grupos de apoio e solidariedade aos presos políticos, em geral, ou a um ou outro preso, individualmente;
- ida em massa aos julgamentos.

A luta contra a repressão tem um carácter humanitário, a sua base salta por cima das barreiras ideológicas, assenta na consciência das pessoas bem formadas que não podem deixar de condenar com repulsa as persiguições, as torturas, os longos encarceramentos de que são vítimas homens e mulheres que, sacrificando a própria liberdade, procuram o bem estar e a liberdade do povo em geral.

As formas de luta devem, pois, respeitar o carácter da própria luta: devem ser abertas e depuradas de considerações ideológicas, devem permitir sair dos ciclos dos militantes anti-fascistas, ir até às mais largas massas — às fábricas, às escolas, aos escritórios, de porta em porta.

A experiência mostra, que, os organismos de classe — Sindicatos, Ordens, Associações de Estudantes — podem desempenhar um papel muito importante na luta contra a repressão.

A amnistia que o povo reclama

da luta contra a repressão: urge alargá-la o mais possível e estar vigilante para que ao movimento em curso o governo não responda com um aborto de amnistia «à Salazar», que não dê a liberdade a nenhum preso. A amnistia que o povo reclama significa:

- Libertação de todos os presos e detidos políticos
- o regresso à pátria dos exilados políticos
- a reintegração nas suas funções dos que foram afastados por motivos políticos.

Uma pergunta aos organismos do Partido:

« Como utilizam a nossa imprensa no seu trabalho? »

Todos sabemos, as difíceis condições em que o Partido trabalha reflectem-se na nossa imprensa, em especial no «Avante!» que cada vez menos pode pretender ser um órgão de informação actualizada, tal como não pode traçar a orientação em detalhe para cada sector ou cada luta. Não abordando já outras deficiências da nossa imprensa, estas só por si levam certos camaradas a desinteressar-se da leitura do «Avante!», uns porque não encontram nêle a resposta imediata aos proble-

mas da sua zona ou as informações da sua classe e empresa, outros, em menor número e de sectores mais restritos (evidentemente não operários) por subestimação e uma certa auto-suficiência em relação à nossa imprensa.

Num mundo em que a informação corre mais veloz que o som e 24 horas desactualizam uma notícia, é claro que a imprensa clandestina do nosso Partido condicionada à sua saída (agora mensal) e ao seu espaço restrito, nunca pode ter a pretensão de abordar to-

da a diversidade de problemas nacionais e muito menos dos internacionais.

A nossa imprensa esforça-se por responder com a prontidão possível aos acontecimentos fundamentais da vida nacional colocando as correspondentes e essenciais tarefas do Partido de acordo com a sua linha política. No primeiro plano dos esforços da nossa imprensa está o enquadramento político e de classe às lutas e problemas da classe operária e das massas trabalhadoras.

É evidente que a acção de esclarecimento e mobilização do «Avante!» é grandemente diminuída pelas dificuldades da chegada à redacção de notícias, informações, sugestões e críticas dos camaradas, pelos atrasos da sua saída, pela distribuição bastante retardada nas condições presentes, assim como pelo pequeno número de páginas.

Tentar reduzir ao máximo todos estes inconvenientes e encontrar novas soluções, sem afectar as necessidades de defesa do Partido, é um dever premente, não só da direcção, mas de todos os militantes — com prodência, mas com audácia e espírito criador que removam algumas dificuldades possíveis de vencer.

Dentro do condicionalismo presente o aspecto menos afectado da acção da nossa imprensa é o seu papel orientador (se bem que o seja igualmente).

É para este aspecto que queremos, por agora, chamar a atenção de todos os militantes, de todos os organismos do Partido, dos mais responsáveis aos de base. A eles dirigimos a pergunta:

«Como utilizam a imprensa do Partido no seu trabalho?»

Das suas respostas que podem e devem ser breves e concisas e que necessariamente terão que incluir críticas às deficiências da imprensa partidária, poderá a redacção tirar conclusões e sugestões muito úteis para melhorar o seu trabalho.

A nossa pergunta tem, por outro lado, o intuito de chamar a atenção de todos os camaradas, dos mais responsáveis aos de base, para a necessidade duma melhor utilização da nossa imprensa no seu trabalho. Focamos essencialmente o papel orientador, tanto do «Avante!» como do «O Militante».

Razões que nos levam a levantar este problema:

1.^a — A entrada no Partido de grande número de militantes jovens ou recentemente vindos às nossas fileiras, traz a primeiro plano a importância do estudo da experiência do Partido, a necessidade de maiores esforços no trabalho ideológico e orgânico. É preciso que os novos quadros se preparem para abordar cada questão prática que se levanta no seu trabalho com conhecimento da orientação do Partido.

2.^a — A dificuldade de contactos entre os organismos nas actuais condições do trabalho partidário por um lado, e por outro lado o aparecimento de

situações novas que impõem aos organismos uma rápida tomada de decisões sem haver muitas vezes a possibilidade de consultarem os organismos superiores, são situações que exigem a assimilação da orientação do Partido, uma acção sem desvios da linha geral do Partido.

3.^a — razão — A necessidade dos organismos intermédios e de base (Comités Regionais e Locais, Secretariados de Célula, Comités de Classe e outros) aumentarem a sua iniciativa, tornando-se verdadeiros organismos dirigentes nos sectores que lhes estão confiados.

Este é um dos aspectos do aperfeiçoamento do estilo de trabalho do Partido mais focados pelo Comité Central há vários anos e cuja necessidade cada vez mais se faz sentir.

Ora, como já por várias vezes tem sido dito e escrito, nomeadamente em «O Militante» N.º 155 (Secção Perguntas e Respostas): «a maior descentralização orgânica, a maior iniciativa e faculdade de decisão, têm de ser acompanhadas pela integração efectiva de todas as organizações e militantes na linha do Partido, por uma severa disciplina política, pelo reforço da unidade de pensamento político e do centralismo político».

A unidade orgânica e o centralismo político fundamentam-se no conhecimento e cumprimento dos ESTATUTOS, na compreensão e prática da disciplina partidária, indispensáveis para a luta pela realização dos nossos objectivos expressos no PROGRAMA — documento-base da unidade ideológica e política do Partido. Estes dois documentos cujo estudo é indispensável a cada militante, como todos sabemos mas nunca é demais repetir.

Além do estudo destes e doutros documentos básicos, também a leitura atenta dos nossos órgãos de imprensa é imprescindível para manter a unidade de pensamento e de acção política e a conjugação de esforços de todo o Partido.

Os organismos intermédios e de base devem incentivar a leitura atenta do «Avante!» e de «O Militante», como um dos meios de fomentar entre os quadros a responsabilidade que lhes cabe no estudo e compreensão da linha política e tática do Partido.

Grande parte dos organismos não discute com regularidade a imprensa do Partido nas suas reuniões. Documentos como os da reunião do Comité Central, o da Comissão Política publicado no «Avante!» especial de Janeiro, para só falar nos mais recentes, devem ser discutidos profundamente nas reuniões dos organismos.

O estudo e discussão de artigos teóricos de «O Militante» (e citamos entre outros «A questão do Estado, questão central de cada Revolução» do Camarada Alvaro Cunhal e a sua entrevista à Rádio Portugal Lige publicada no N.º 154) ajudarão a elevar o nível ideológico dos camaradas e a preparar o melhor para a luta contra as tendências oportunistas e aventureirista que se desenvolvem no movimento anti-fascista e aparecem mesmo dentro do nosso Partido.

Por outro lado, a necessidade de seleccionar os materiais a publicar e os assuntos a tratar, dada a falta de espaço dos órgãos de imprensa, obriga a um critério de prioridade política que pode servir para orientar os camaradas no seu trabalho e em muitos casos fundamentar uma discussão crítica, com o que só ganharão os próprios camaradas e a redacção dos órgãos de imprensa, pois esse critério de prioridade é discutível e muitas vezes pode não ser o mais certo.

Quando falamos de discutir a imprensa não se trata da leitura comentada que em geral não há ocasião de fazer nas reuniões, nem é o mais aconselhável. Trata-se, sim, da necessidade de cada camarada ler atentamente tanto o «O Avante!» como o «O Militante» e, então em conta as linhas gerais da orientação e as troças e as experiências que são relatadas do trabalho do Partido e da organização e lutas dos trabalhadores, medir nesses problemas a luz da situação no seu sector. Essa reflexão permitirá uma preparação muito mais proveitosa da reunião do seu organismo e maior alcance político na planificação do trabalho no sector.



O aproveitamento neste sentido da imprensa do Partido, acompanhado da intensificação em cada sector do estudo da situação real, estimulará a iniciativa política e o espírito criador dos militantes e melhorará a capacidade de direcção dos organismos intermédios e de base. Aumentará a possibilidade dos camaradas levarem à prática as decisões do Partido e na prática aferirem a justeza dessas decisões e a forma de adaptá-las ao seu trabalho, com o que só ganhará o Partido no seu conjunto, reforçando-se o seu papel dirigente da luta popular de massas.

Outro aspecto da utilização da imprensa do Partido para o qual queremos chamar a atenção de todos os camaradas, é a propaganda da

nossa orientação, dos nossos pontos de vista e dos nossos objectivos entre sectores democráticos e as largas massas.

No momento actual, em se abrem amplas perspectivas à luta política contra o regime fascista, é necessário mais do que nunca um amplo debate de ideias, o combate às tendências oportunistas e esquerdistas, o desmascaramento das ilusões sobre a política « Liberalizante » de M. Caetano e seu governo.

Esse combate é necessário para avançarmos unidos para a acção. Não é por acaso que de muitos lados surgem pedidos dos documentos e da imprensa do Partido. Deve ser incentivada a sua distribuição a mais vastos sectores.

Libertar Portugal do Imperialismo

« O domínio do imperialismo tem sido uma das causas fundamentais do atraso e da miséria do país. O capital estrangeiro faz razia dos recursos nacionais, comprometendo o futuro económico de Portugal, e está interessado em manter o baixo preço das matérias-primas e da força de trabalho.

O domínio económico é acompanhado pela intervenção e influência determinante na orientação da economia e da política nacional e por exigências de carácter diplomático e militar, às quais o governo fascista acede a troco do auxílio para se manter no poder.

A pesar de ser ainda uma potência colonial, Portugal é ao mesmo tempo um país dependente. Servido pelo governo fascista, o imperialismo reduz e sufoca a independência de Portugal e apoia a reacção e o fascismo contra o movimento democrático. A conquista da verdadeira independência de Portugal e a instauração e viabilidade dum regime democrático exigem a libertação do domínio imperialista.

A libertação do domínio imperialista é um dos objectivos centrais da revolução democrática e nacional.

Para atingir estes objectivos são fundamentais as seguintes medidas:

1. Expropriação e nacionalização das grandes empresas e explorações monopolistas estrangeiras, admitindo-se em alguns casos a atribuição de indemnizações adequadas.
2. Utilização dos recursos nacionais recuperados e dos bens nacionalizados em benefício do povo e do desenvolvimento

independente da economia nacional.

3. Orientação do comércio externo na base da independência, da igualdade e do respeito recíproco de interesses e da protecção das actividades nacionais contra a concorrência ruínosa dos monopólios estrangeiros. Normalização e intensificação do comércio com os países socialistas.
4. Denúncia da dívida pública externa contraída pelo governo fascista a fim de subsidiar a sua política de protecção aos monopólios, de repressão e de guerra.
5. Anulação de todos os tratados e acordos internacionais lesivos da soberania e da independência de Portugal.

A libertação de Portugal do domínio imperialista permitirá pôr ao serviço do povo e da nação parte considerável das riquezas nacionais hoje nas mãos dos monopólios estrangeiros, impedir a drenagem para o estrangeiro do valor criado pelo trabalho nacional, aumentar os investimentos nacionais, desenvolver a economia numa base nacional e independente, liquidar na vida económica e política portuguesa a influência, supervisão e comando das potências imperialistas. A libertação de Portugal do domínio imperialista é a reconquista da independência nacional. »

(do PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS)